



Demonstrações Contábeis

**Pan Administradora
de Consórcio Ltda.**

Exercício de 2019



Relatório da Administração

**Pan Administradora
de Consórcio Ltda.**

Exercício de 2019



SENHORES COTISTAS,

A Administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio" ou "Administradora") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. é uma empresa de capital fechado, controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

RESULTADOS

Prestação de Serviços

No exercício de 2019, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 25,3 milhões, frente aos R\$ 28,9 milhões no exercício de 2018.

Custos e Despesas

No exercício de 2019, as despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 14,1 milhões, frente aos R\$ 17,8 milhões no exercício de 2018. A redução nas despesas de comissões é justificada pela queda nas vendas de cotas de consórcio.

Resultado Líquido

No exercício de 2019, o lucro líquido acumulado totalizou R\$ 6,3 milhões, frente ao lucro líquido acumulado de R\$ 5,1 milhões no exercício de 2018.

Patrimônio Líquido

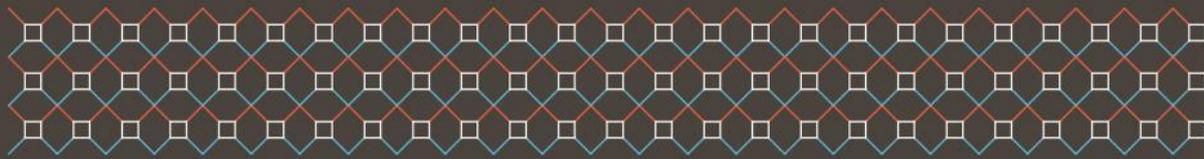
O patrimônio líquido da Pan Consórcio totalizou R\$ 55,9 milhões em dezembro de 2019, frente aos R\$ 50 milhões em dezembro de 2018.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do 1º semestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste exercício. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.





PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		3.086	38.852	CIRCULANTE		10.994	11.139
Disponibilidades		25	19	Outras obrigações		10.994	11.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez		377	-	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	7.869	8.999
Aplicação em operações compromissadas	4	377	-	Sociais e estatutárias		356	274
Títulos e valores mobiliários		-	35.714	Fiscais e previdenciárias	7.a	2.041	1.587
Carteira própria	5	-	35.714	Diversas	7.b	728	279
Outros créditos		2.655	3.119				
Rendas a receber		32	93				
Diversos	6.b	2.623	3.026				
Outros valores e bens		29	-				
Despesas antecipadas		29	-				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		70.445	30.753	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.827	8.771
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.675	9.337	Outras obrigações		6.827	8.771
Aplicação em operações compromissadas	4	7.675	9.337	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	893	1.023
Títulos e valores mobiliários		50.300	7.927	Diversas	7.b	5.934	7.748
Carteira própria	5	50.300	7.927				
Outros créditos		12.354	13.489				
Créditos específicos	6.a	893	1.023				
Diversos	6.b	11.461	12.466				
Outros valores e bens		116	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.923	49.952
Despesas antecipadas		116	-	Capital social	9.a	42.388	42.388
				De domiciliados no País		42.388	42.388
PERMANENTE		213	257	Reserva de lucros		13.535	7.564
Intangível	19	213	257				
Ativos intangíveis		901	901				
(-) Amortizações acumuladas		(688)	(644)				
TOTAL DO ATIVO		73.744	69.862	TOTAL DO PASSIVO		73.744	69.862

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	2º semestre 2019	Exercício	
			2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.615	3.302	3.059
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.615	3.302	3.059
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.615	3.302	3.059
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		2.047	6.198	4.688
Receitas de prestação de serviços	10	11.453	25.289	28.908
Despesas de pessoal	11	(299)	(518)	(570)
Outras despesas administrativas	12	(6.379)	(13.567)	(17.242)
Despesas tributárias	13	(1.344)	(2.986)	(3.414)
Outras receitas operacionais	14.a	119	681	4.269
Outras despesas operacionais	14.b	(1.503)	(2.701)	(7.263)
RESULTADO OPERACIONAL		3.662	9.500	7.747
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		3.662	9.500	7.747
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.a	(1.246)	(3.231)	(2.619)
Provisão para imposto de renda		(521)	(1.332)	(945)
Provisão para contribuição social		(193)	(490)	(359)
Ativo fiscal diferido		(532)	(1.409)	(1.315)
LUCRO LÍQUIDO		2.416	6.269	5.128
LUCRO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$		0,05	0,13	0,11

(Representado por 48.168.122 cotas em 31/12/2019 e 31/12/2018)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	42.388	374	2.306	-	45.068
Lucro Líquido	-	-	-	5.128	5.128
Destinações:					
Reserva Legal	-	256	-	(256)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	4.628	(4.628)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(244)	(244)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	42.388	630	6.934	-	49.952
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	42.388	630	6.934	-	49.952
Lucro Líquido	-	-	-	6.269	6.269
Destinações:					
Reserva Legal	-	313	-	(313)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	5.658	(5.658)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(298)	(298)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	42.388	943	12.592	-	55.923
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	42.388	630	6.934	3.853	53.805
Lucro Líquido	-	-	-	2.416	2.416
Destinações:					
Reserva Legal	-	313	-	(313)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	5.658	(5.658)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(298)	(298)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	42.388	943	12.592	-	55.923

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO	2.416	6.269	5.128
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	22	44	47
Constituição de provisão para contingências	1.196	1.468	517
Imposto de renda e contribuição social - diferido	532	1.409	1.315
Lucro ajustado	4.166	9.190	7.007
Varição de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.299	1.285	(1.510)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(1.894)	(6.659)	(7.163)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(863)	190	2.795
Aumento em outros valores e bens	(102)	(145)	-
Redução em outras obrigações	(2.758)	(3.855)	(1.080)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(152)	6	49
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aplicações no intangível	-	-	(72)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-	(72)
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(152)	6	(23)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	177	19	42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	25	25	19
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos	152	354	280

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		207.142	206.763	PASSIVO CIRCULANTE	207.142	206.763
Disponibilidades		92	577	Obrigações com consorciados	34.768	38.631
Depósitos bancários		92	577	Valores a repassar	11.814	11.149
Aplicações financeiras	21	97.791	96.521	Obrigações por contemplações a entregar	75.004	76.337
Outros créditos		109.259	109.665	Recursos a devolver a consorciados	56.291	53.305
Bens retomados		260	480	Recursos dos grupos	29.265	27.341
Direitos junto a consorciados contemplados		108.999	109.185			
Normais		105.557	106.942			
Em atraso		2.378	1.379			
Em cobrança judicial		1.064	864			
COMPENSAÇÃO		583.262	728.434	COMPENSAÇÃO	583.262	728.434
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		3.309	3.168	Recursos mensais a receber de consorciados	3.309	3.168
Contribuições devidas ao grupo		331.337	403.528	Obrigações do grupo por contribuições	331.337	403.528
Valor dos bens a contemplar		248.616	321.738	Bens a contemplar	248.616	321.738
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO		790.404	935.197	TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	790.404	935.197

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA**

PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre 2019	Exercício	
		2019	2018
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	95.022	97.098	96.204
Depósitos bancários	52	577	263
Aplicações financeiras	19.484	20.157	24.731
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	75.486	76.364	71.210
(+) RECURSOS COLETADOS	37.851	81.621	86.177
Contribuições para aquisição de bens	24.445	52.482	52.945
Taxa de administração	9.227	20.066	22.463
Contribuições ao fundo de reserva	899	1.971	1.940
Rendimento de aplicações financeiras	2.299	4.861	5.227
Multas e juros moratórios	182	328	216
Prêmios de seguro	561	1.184	1.285
Custas judiciais	-	9	26
Reembolso despesa registro de contrato	21	46	15
Outros	217	674	2.060
(-) RECURSOS UTILIZADOS	34.990	80.836	85.283
Aquisição de bens	23.305	51.362	49.385
Taxa de administração	9.358	20.127	23.146
Multas e juros moratórios	91	153	102
Prêmios de seguro	471	1.091	1.795
Custas judiciais	-	9	26
Devolução a consorciados desligados	1.014	4.669	7.957
Despesas de registro de contrato	21	46	15
Outros	730	3.379	2.857
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	97.883	97.883	97.098
Depósitos bancários	92	92	577
Aplicações financeiras	22.871	22.871	20.157
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	74.920	74.920	76.364

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (Administradora) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 29/01/2020.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA**a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e

- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Administradora.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.817/16.

e) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.818/16.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio" (nota 7.c).

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação

judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações contábeis.

k) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

l) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel / lastro da operação	31/12/2019				31/12/2018		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	377	4.649	3.026	8.052	8.052	9.337	9.337
Total	377	4.649	3.026	8.052	8.052	9.337	9.337

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel / lastro da operação	31/12/2019			31/12/2018	
	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Títulos disponíveis para venda					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	50.300	50.300	50.300	43.641	43.641
Total	50.300	50.300	50.300	43.641	43.641

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos:

	31/12/2019	31/12/2018
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	849	972
Bens retomados após encerramento	44	51
Total (Nota 7.c)	893	1.023

b) Diversos:

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos e bloqueios judiciais	5.868	7.422
Créditos tributários (Nota 15.b)	4.399	5.808
Impostos a compensar	2.973	1.309
Cotas de grupos de consórcio (a)	400	265
Empréstimos a grupos de consórcio	245	447
Outros créditos	137	183
Outros valores a receber	62	58
Total	14.084	15.492

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

7) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.822	1.304
COFINS a recolher	134	176
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	33	43
PIS a recolher	29	38
Impostos contribuições sobre salários	13	22
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	10	4
Total	2.041	1.587

b) Diversas:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para passivos contingentes (Nota 8)	5.934	7.748
Provisão para pagamentos a efetuar	44	179
Valores a pagar a sociedades ligadas	3	8
Outros	681	92
Total	6.662	8.027

c) Obrigações com grupos de consórcio:

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não procurados – grupos (Nota 3.g)	7.869	8.999
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 6.a)	893	1.023
Total	8.762	10.022

8) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. Para os casos em fase de conhecimento, a provisão é constituída com base em índice histórico de perda dos processos pagos nos últimos 24 meses. Os processos com decisão judicial desfavorável são liquidados e provisionados de acordo com a respectiva fase processual.

c) Processos cíveis:

São processos que têm por objeto uma obrigação de fazer ou uma obrigação de não fazer e/ou obrigação de dar em face de uma ou mais empresas do Grupo, ações essas classificadas como ações revisionais ou indenizatórias.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	3.978	5.302
Processos trabalhistas	1.956	2.446
Total (Nota 7.b)	5.934	7.748

II - Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	5.302	2.446	7.748
Baixas	(2.824)	(458)	(3.282)
Constituições líquidas de reversões	1.500	(32)	1.468
Saldo em 31/12/2019	3.978	1.956	5.934

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 31/12/2019 e 31/12/2018, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

10) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de administração	21.088	24.418
Taxa de permanência	3.778	4.043
Taxas de serviços	423	447
Total	25.289	28.908

11) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2019	31/12/2018
Proventos	330	371
Encargos sociais	96	115
Benefícios (Nota 18)	92	84
Total	518	570

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Serviço de cobrança	6.750	8.447
Comissões sobre venda de consórcio	5.167	6.719
Call Center	466	616
Aluguéis	371	382
Serviços técnicos especializados	347	282
Comunicações	95	152
Processamento de dados	10	49
Outras	361	595
Total	13.567	17.242

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição à COFINS	2.043	2.335
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	506	579
Contribuição ao PIS	436	499
Impostos e taxas	1	1
Total	2.986	3.414

14) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2019	31/12/2018
Reversão de provisões operacionais	386	3.779
Variação monetária ativa	245	365
Recuperação de despesas	44	106
Outras	6	19
Total	681	4.269

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2019	31/12/2018
Constituição de provisões (Nota 8)	1.853	4.296
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	818	2.931
Outras	30	36
Total	2.701	7.263

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.500	7.747
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(3.230)	(2.634)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	(1)	15
Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.231)	(2.619)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para contingências cíveis	1.803	828	(1.278)	1.353
Provisão para contingências trabalhistas	832	153	(320)	665
Outros créditos tributários	-	1	-	1
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.635	982	(1.598)	2.019
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.173	-	(793)	2.380
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	5.808	982	(2.391)	4.399

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	320	-	164	-	484
2020	545	382	-	276	545	658
2021	348	210	120	316	468	526
2022	472	138	136	476	608	614
2023	129	273	190	508	319	781
2024	-	728	283	450	283	1.178
2025	525	584	241	575	766	1.159
2026	-	-	439	408	439	408
2027	-	-	479	-	479	-
2028	-	-	492	-	492	-
Total	2.019	2.635	2.380	3.173	4.399	5.808

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 2.789 (R\$ 3.407 em 31/12/2018).

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	16	16	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez					
Banco PAN S.A.	01/03/2023	8.052	9.337	491	533
Títulos e Valores Mobiliários					
Banco PAN S.A.	14/12/2022	50.300	43.641	2.811	2.526
Outras Créditos					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	-	16	-	-
Dividendos a pagar					
Banco PAN S.A.	31/12/2020	(298)	(244)	-	-
Outras Obrigações					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(3)	(8)	-	-
Outras Despesas Administrativas					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	-	-	(23)	(207)

17) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o BACEN divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

A Pan Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2019 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 12,80%.

18) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2019 R\$ 92 (R\$ 84 em 31/12/2018).

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 31/12/2019 de R\$ 213 e R\$ 257 em 31/12/2018.

20) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**a) Aplicações financeiras:**

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber de consorciados" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 19,8% (20,2% em 2018).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	31/12/2019	31/12/2018
Grupos administrados	19	21
Consortiados ativos	4.132	4.525
Grupos encerrados no exercício	2	2
Consortiados contemplados	3.357	3.008
Consortiados desistentes e excluídos – total	31.832	33.625
Consortiados desistentes e excluídos no exercício	1.860	3.225
Consortiados inadimplentes	498	399
Bens entregues no exercício	502	275
Bens pendentes de entrega – total	858	860
Bens pendentes de entrega no exercício	350	970
Taxa média de inadimplência dos consortiados (a)	12,1%	8,8%

(a) Quantidade de consortiados inadimplentes/consortiados ativos.

21) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2019				31/12/2018
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.217	82.729	11.845	97.791	96.521
Total	3.217	82.729	11.845	97.791	96.521

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

***Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios consolidados do semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos do semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6